



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

RESOLUÇÃO Nº.: 201 /2015
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO
23ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 05/02/2015
PROCESSO Nº.: 1/3701/2010
AUTO DE INFRAÇÃO Nº.: 1/201011743-9
RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RECORRIDA: SAND BEACH INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA
AUTUANTE: Francisco Flávio de Castro; Stela Lobo
MATRÍCULA: 006147-1-8; 106795-1-6
RELATORO: Conselheiro Filipe Pinho da Costa Leitão

EMENTA: ICMS – 1. FALTA DE RECOLHIMENTO – ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. 2. Contribuinte foi acusado pela falta de recolhimento do ICMS no valor R\$ 67.410,67, relativo ao exercício de 2008, resultante de diferença entre as alíquotas dos Estados de origem e de destino. Recurso Oficial conhecido e não provido. **3.** Auto de infração julgado **PARCIAL PROCEDENTE**, por unanimidade de votos, adotando entendimento exarado no parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da dought Procuradoria Geral do Estado. **4.** Infringido o artigo 73 e 74 do Decreto 24.569/97. **5.** Penalidade prevista no art. 123, I, alínea “c” da Lei 12.670/96 alterado pela Lei 13.418/03.

RELATÓRIO

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato: “FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO, NO TODO OU EM PARTE INCLUSIVE O DEVIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, NA FORMA E NOS PRAZOS REGULAMENTARES. A EMPRESA, NO CURSO DO EXERCÍCIO DE 2008, DEIXOU DE RECOLHER O ICMS NO VALOR DE R\$67.410,67; RESULTANTE DE DIFERENÇA ENTRE AS ALÍQUOTAS DOS ESTADOS DE ORIGEM, E DE DESTINO, ATINENTES AOS BENS A FIM DE CONSUMO E A IMOBILIZADO NO VALOR TOTAL DE R\$ 842.633,39. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ANEXAS

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o Art.123, I, “c” da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/03.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Base de Cálculo	R\$ 0,0
Alíquota	0%
Principal	R\$ 64.410,67
Multa	R\$ 64.410,67
Total a Pagar	R\$ 128.821,34

Anexos aos autos estão os seguintes documentos:

- Ordem de Serviço 2010.15921;
- 1ª Via Auto de Infração: 2010.11743-9;
- Termo de Início 2010.12783;
- Termo de intimação;
- Termo de Conclusão: 2010.20173;
- DIEF – CFOP TOTALIZADO 2008;
- Informação Complementar;
- Demonstrativo de Notas Fiscais e valores Registrados;
- AR;

JULGAMENTO SINGULAR

Após requisitar perícia a fim de sanear algumas vicissitudes apresentadas no processo em análise, a julgadora singular entendeu pela parcial procedência do auto de infração, acolhendo valor encontrado em laudo pericial e, conseqüentemente, reduzindo o montante do crédito devido.

Base de Cálculo	R\$ 0,0
Alíquota	0%
Principal	R\$ 0,00
Multa	R\$ 11.626,72
Total a Pagar	R\$ 11.626,72



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Importante Frisar, que às fls. 54 do referido processo consta documento de quitação do referido alto NOS TERMOS do julgamento singular, não apresentando, por conseguinte recurso ordinário aos autos do processo.

PARECER DA CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

Através de Parecer de Nº 490/2014 a Consultoria Tributária opinou pelo conhecimento do recurso de ofício, dar-lhe provimento, no sentido de que seja reconhecida a parcial procedência da autuação, nos termos do seu parecer, uma vez que, em relação à alíquota aplicável nas operações de entrada de bens destinados ao consumo o percentual deveria ser de **10% (dez por cento)**, posto que a alíquota interna é de 17% (dezessete por cento) e a interestadual, 7% (sete por cento).

<i>Base de Cálculo</i>	<i>R\$ 0,0</i>
Alíquota	0%
Principal	R\$ 0,00
Multa	R\$ 16.609,61
Total a Pagar	R\$ 16.609,61

VOTO DO RELATOR

Trata-se de Recurso de ofício **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** em *desfavor de* **SAND BEACH INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA** objetivando, em síntese, a revisão da decisão exarada no juízo originário no que compete ao auto de infração sob o nº. **201011743-9** nos termos da legislação processual vigente.

No processo *sub examine*, o requerente foi autuado por *falta de recolhimento* – **ICMS no valor de R\$ 67.410,67** resultante de diferença entre as alíquotas dos Estados de origem e de destino no período de 2008.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

1. DAS PRELIMINARES

Não havendo nulidades a serem analisadas, passamos à questão meritória.

2. DO MÉRITO

O contribuinte foi acusado de falta de recolhimento do ICMS provenientes de aquisições interestaduais de **bens destinados a consumo** e ao **ativo permanente** do estabelecimento em operações interestaduais sem efetuar recolhimento do diferencial de alíquota.

Isto posto, nossa análise recai sobre duas vertentes:

- a) a possibilidade do diferimento nos casos do estabelecimento industrial, quando dos bens destinados ao ativo fixo ou imobilizado;
- b) e o correto percentual de diferencial de alíquota.

O primeiro caso é de simples solução, posto que é elucidado pelo que dispõe o art. 13-B, do Decreto 24.569/97, senão vejamos:

“Art. 13-B. Fica diferido o pagamento do ICMS correspondente à diferença de alíquota relativa a bens destinados ao ativo fixo ou imobilizado de estabelecimento industrial, para o momento da sua desincorporação, cuja entrada tenha ocorrido a partir de 1º de maio de 2003”

Isto posto, diante da norma supra, conclui-se que o valor de ICMS fora euivocamente cobrado **EM RELAÇÃO ÀS OPERAÇÕES DE ENTRADA DE BENS DESTINADOS AO ATIVO FIXO OU IMOBILIZADO**.

No que tange à alíquota aplicável nas operações de entrada de bens destinados ao consumo, curvamo-nos ao entendimento do d. parecer da consultoria tributária.

O art. 63, II do RICMS aduz, in verbis:

“Nas operações e prestações oriundas de outras unidades da Federação, o crédito fiscal só será admitido, no máximo, se calculado pelas seguintes alíquotas:



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

I – omissis

II – das Regiões Sul e Sudeste, 7% (sete por cento)

Como no caso concreto todas as operações de compra de bens de uso e consumo foram oriundas do Estado do SUL e SUDESTE, a alíquota interestadual é de 7% (sete por cento).

Para chegarmos ao correto percentual almejado, insta-se colacionar o que preceitua o art. 589 do Decreto 24.569/97, in verbis:

“O ICMS devido na operação e prestação com bem do ativo permanente ou de consumo, oriundo de outra unidade da Federação, será calculado com base na aplicação do diferencial entre as alíquotas interna e interestadual sobre o valor utilizado para cobrança do imposto na origem, observado o disposto do inciso XI do art. 25”

Logo, considerando que a alíquota interna é de 17% (dezessete por cento) e a interestadual. 7% (sete por cento), aplicar-se-á a alíquota de **10% (dez por cento)** sobre o montante de R\$ 166.096,10, valor referente às entradas de bens a fim de consumo.

Base de Cálculo	R\$ 0,0
Alíquota	0%
Principal	R\$ 0,00
Multa	R\$ 16.609,61
Total a Pagar	R\$ 16.609,61

Ex positis, voto pelo conhecimento do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão parcialmente procedente exarada em 1ª Instância, e julgar **parcial procedente** a acusação fiscal, nos termos do parecer da consultoria tributária contrariamente, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

É o VOTO





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

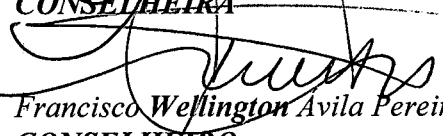
DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrida **SAND BEACH INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso interposto, negar-lhe, para julgar **parcialmente procedente** a acusação fiscal, mas por motivo diverso ao constante no julgamento singular, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Em tempo, Como a decisão desta câmara aderiu ao parecer da consultoria tributária, implicando em montante superior ao exigido no decisório singular, faz-se mister observar o disposto no art. 11, da Lei 15.384/13 que aduz “Na hipótese de o contribuinte aderir aos benefícios desta lei e efetuar o pagamento do crédito tributário nos termos da decisão do julgamento de 1ª instância do Contencioso Administrativo Tributário – CONAT, e havendo modificação, em virtude de interposição de recurso de ofício, conforme disposto no art. 40 da lei nº 12.732, de 24 de setembro de 1997, os benefícios aplicar-se-ão aos eventuais acréscimos decorrentes da decisão final recorrida.” **SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 05 de 03 de 2015.

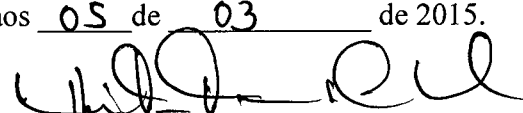

Alfredo Rogerio Gomes de Brito
PRESIDENTE


Abílio Francisco de Lima
CONSELHEIRO


Lúcia de Fátima Calou de Araújo
CONSELHEIRA



Francisco Wellington Ávila Pereira
CONSELHEIRO


Valter Barbosa Lima
CONSELHEIRO


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO


Cícero Roger Macedo Gonçalves
CONSELHEIRO


Filipe Pinho da Costa Leitão
CONSELHEIRO


Agatha Louise Borges Macedo
CONSELHEIRA


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO